

O DEFESO E A DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Elenise Scherer¹

INTRODUÇÃO:

Esta comunicação tem como objetivo trazer para o debate as formas de inserção dos ribeirinhos nos marcos institucionais por meio das recentes políticas sociais criadas especialmente para esses segmentos de trabalhadores rurais. Em 1991, o Ministério do Trabalho, estendeu o benefício Seguro-Desemprego aos pescadores denominados de artesanais, que historicamente exercem atividades da pesca de forma individual ou em regime familiar e sem a intermediação de terceiros nas zonas de pesqueiras do Brasil. Esta política visa impedir que na época do *defeso* os pescadores deixem de pescar e, como contrapartida, durante esse período o poder público lhes assegura o benefício Salário Desemprego como forma de suprir as suas necessidades básicas. Esta pesquisa dedica-se a averiguar as formas de tramitação da entrada dos pescadores ao mundo da documentação, o processo seletivo de acesso (ou não) ao benefício e a construção de uma consciência ambiental de preservação da biodiversidade.

I. MODO DE VIDA RIBEIRINHO

A região amazônica caracteriza-se por dois grandes tipos de ecossistemas: as áreas inundáveis compostas pelas terras de várzeas, os igapós, os furos e pelas florestas de terra firmes tais como as florestas altas e densas, baixas, as savanas, os cerrados e campos naturais. Diferente do caboclo da terra firme, os ribeirinhos vivem em sua maioria à beira dos rios, igarapés, igapós e lagos que compõem o vasto e complexo estuário amazônico. Espacialmente, estão dispersos em vários agrupamentos de 20 a 40 casas de madeira

¹. Professora e pesquisadora de políticas sociais da Universidade Federal do Amazonas

construídas em palafitas, mais adequadas ao sistema de cheias dos rios que estão mais ou menos dispersas, chamadas de comunidades e localizadas próximas aos rios, igarapés, furos e lagos (Noda et alii, 2001) .

O modo de vida desses grupos humanos - chamados também de *Povos das Águas*, está condicionado ao ciclo da natureza, pois o fenômeno da enchente e da vazante regula em grande parte o cotidiano ribeirinho, de tal modo que o mundo do trabalho obedece o ciclo sazonal quando desenvolvem as atividades de extrativismo vegetal, agricultura, pesca e caça. Na época da enchente dos rios a cultura da roça, o cultivo da agricultura, para subsistência bem como a pesca e a caça, ficam em grande parte comprometida.

A forma de trabalho do ribeirinho é essencialmente extrativista e agrícola centrado na produção familiar. De acordo com os estudos de Noda et alii, a comercialização do excedente, ocorre com frequência em períodos de maior demanda (Noda, 2001). Além disso, obedece temporalidade própria de quem vive nas várzeas. Essa lógica temporal é aliada a uma racionalidade espacial e regido por relações sociais particulares. As preocupações na vida cotidiana dos ribeirinhos são determinadas pelas cheias/vazantes dos rios, pelo sol e pela chuva, pelos dias e pelas noites. O tempo é definido pela natureza e pela cultura, pelos mitos e tradições. Vale lembrar as observações de Wagley (1952) de que a crença em diversos seres sobrenaturais tem influência sobre as atividades de caça e da pesca ribeirinha.

O trabalho da roça e a participação da vida social e religiosa da comunidade estruturam a rotina das famílias ribeirinhas. Em geral, todos os membros das famílias estão envolvidos no processo de trabalho que são executados prioritariamente por mulheres e crianças de ambos os sexos, sendo que a participação do trabalho masculino restringe-se a eventuais capinas, segundo Noda (2001, p.194). Destaque-se, aqui, o envolvimento das crianças no processo de trabalho. Olívia Ribeiro et alii descreve que muitas vezes as crianças deixam de freqüentar a escola da comunidade pelo fato de terem que ajudar os pais na *lida*. Esta cultura comunitária é ampliada cada vez mais, na medida em os filhos crescem e se casam, formando outros núcleos familiares, e alguns casos, até mesmo novas comunidades (Fraxe, 1998)

A economia ribeirinha é voltada para a produção dos alimentos necessários à manutenção da espécie, não há uma preocupação efetiva para com a produção do

excedente. A reprodução dos modos de vida dessa população é assegurada por meio da história oral nos argumentos de Fraxe (1998), a qual transmite de geração a geração as técnicas de manejo dos recursos naturais, as lendas, os ritos religiosos, o modo de construção das habitações e outros costumes.

Cada comunidade tem sua igreja, que pode ser católica ou crente – como são denominadas as igrejas protestantes – e um salão comunitário, onde acontecem as assembléias e as festas. Atualmente, algumas comunidades têm escola, que em geral chega até a quarta série do ensino fundamental e que atende também às comunidades vizinhas. Às vezes as comunidades contam com um agente de saúde ou técnicos treinados pelo município mais próximo.

Os ribeirinhos das várzeas desenvolvem estratégias adaptativas peculiares, principalmente, nos aspectos de utilização dos recursos naturais aquáticos e terrestres. As peculiaridades das terras de várzea, heterogêneas e complexas são decorrentes dos sedimentos trazidos juntamente com as águas dos rios. Conforme assinala Fraxe (2000:48), é importante destacar um fenômeno muito comum a várzea, denominado de *terras caídas* e que se dá na medida em que a força da água, exercida sobre as margens dos rios, derruba as terras e, assim, as populações camponesas que habitam-nas são levadas a recuarem com suas casas e adentrarem na floresta. Nesse movimento, explicita-se a interferência provocada pelo ciclo natural da várzea sobre a organização da produção ribeirinha.

Ab'Saber observa que os ribeirinhos possuem um vasto conhecimento das várzeas, dos rios e floresta, coletando alimentos, fibras, tinturas, resinas, ervas medicinais, bem como materiais de construção (2002, p.9). Por esse profundo conhecimento da fantástica biodiversidade pelo ribeirinho e dos demais *povos das florestas*, são conhecidos como guardiãs da natureza amazônica. Esquecido pelas ações públicas e escondido na genérica denominação de trabalhador rural, o ribeirinho enfrenta inúmeros problemas de saúde. Alguns não sabem ler e nem escrever. Os desafios da vida e da natureza se expressam nas manifestações registradas nos vários encontros anuais de Ribeirinhos e Ribeirinhas, já na XVIII.edição, realizados pela Comissão Pastoral da Terra no Amazonas.

II. OS RIBEIRINHOS E SEUS DÉFICITS DE CIDADANIA

Como já foi dito, os planos governamentais para a Amazônia nos últimos 35 anos têm ignorado a diversidade dos seus ecossistemas e a diversidade dos grupos humanos. A invisibilidade dos ribeirinhos amazônicos é um fato; pouco ou quase nenhuma referência lhes fazem nos planos estaduais/federais. A voz dos ribeirinhos tem se manifestado nos últimos anos nos vários encontros promovidos pela Comissão Pastoral da Terra no Amazonas. É nesses encontros que os *povos das águas* colocam as suas dificuldades. São problemas de toda ordem como a questão da terra, da ocupação e da exploração dos recursos naturais (garimpo), as dificuldades de escoamento da produção. As condições de saúde e educação são os principais problemas enfrentados pelos ribeirinhos.

Em 1999, um ribeirinho do município de Jutai, fez o seguinte depoimento em relação à educação:

“as escolas do interior de Jutai, estão totalmente abandonadas, não têm uma que preste. São todas escolas velhas, construídas em administrações passadas e em muitas comunidades nem existe prédio próprio e os professores lecionam em suas casas, em igrejinhas ou centros comunitários. Não existe merenda escolar e muito pouco material didático. Os professores ensinam o que sabem. Não fazem curso de capacitação. Nesses 30 anos de governo de Gilberto Mestrinho e Amazonino nunca olharam para as escolas de nosso interior do Amazonas. Educação e Saúde não existem no interior do Amazonas. É pura enganação”.

Prosseguindo, ele observa que *“apoio à agricultura aqui- sacola de rancho- principalmente perto das eleições, mas essa não é a política que queremos. Queremos uma política que atenda o cidadão dentro dos direitos que a Constituição nos oferece”.* Nos vários planos dos governos do Amazonas estão sempre registradas que ações públicas governamentais deverão ser interiorizadas. Nem mesmo propalado 3º Ciclo do governo Amazonino Mendes, lançado em 1994 em plena campanha eleitoral, viabilizou a gestão da socioeconômica no interior do Amazonas. Com objetivos bastante pretensiosos, o 3º Ciclo pretendia *interiorizar o desenvolvimento regional por meio de reduzir os desequilíbrios espaciais e setoriais existentes. Além de pretender conter e, se possível, reverter os fluxos migratórios no sentido capital, pretendia-se direcionar novos empreendimentos econômicos de modo a segurar a população nas regiões interioranas* (Pontes Filho, 1998). Do mesmo modo, pretendia-se proporcionar fonte de renda a população interiorana, ampliando as oportunidades educacionais e a oferta dos serviços de saúde.

No âmbito da proposta de interiorização do desenvolvimento da economia do Amazonas, atualmente centrada em 80% na capital Manaus, pensou-se no Programa Agro-Alimentar, visando o fomento de agroindústria no interior do Estado, voltado para reestruturação e promoção econômico e social do setor primário, nas várias sub-regiões do Juruá, do Purus, do Madeira, atingindo o Município do Careiro e o Pólo de Itacoatiara. Apesar do *marketing* e da propaganda veiculada pelo discurso oficial, pode-se dizer que essa política governamental obteve resultados altamente modesto no sentido de promover a interiorização da economia do Amazonas. É sintomático, o constante fluxo migratório no sentido da capital amazonense e, como decorrência, o acréscimo de favelização e de ocupação urbana, em grande parte, promovidas pelo caboclo interiorano (Ponte, 1998).

No âmbito da política de desenvolvimento e ocupação do território, o descaso com as populações tradicionais é um fato. Quando existem, em geral são nefastas para os ecossistemas amazônicos e pouco contribuem efetivamente para a mudança na qualidade de vida das populações amazônicas. Mas se essas ações têm seu efeitos perversos, contraditoriamente, elas provocam, nas populações tradicionais, no caso dos ribeirinhos, a necessidade de um longo exercício de aprendizagem da prática política, inclusive, a luta pelo apego ao lugar, da preservação dos rios, dos igarapés, da mata, e da relação mais estreita com a natureza se recriam e, sobretudo, se colocam como necessidade à construção de própria identidade ribeirinha.

O processo organizativo dos ribeirinhos vem sendo progressivamente construído, auxiliado pelos trabalhos das pastorais e Prelazias. Nesse processo se dá voz ao silêncio de longos anos e as reivindicações pela melhoria de condições de vida e trabalho afloram. Até então esquecidos pelo poder público, os ribeirinhos e demais populações rurais já contam com algumas políticas sociais compensatórias. Ainda que sejam focalistas e restritas a poucos, consideramos que elas são respostas a esses grupos humanos que estão se tornando visíveis em seu processo organizativo. Lendo atentamente os relatório dos Encontros Anuais organizados pela Comissão Pastoral da Terra, pode-se perceber que a vida ribeirinha, não está *destituída de sentido*:

“Somos basicamente 200 mil trabalhadores que vivem no interior, com uma população de 80% semi-analfabeta ou completamente analfabeta. 80% não têm documentação da terra.

As políticas existentes só beneficiam os grandes projetos. O orçamento do estado do Amazonas só destina 1% para o setor primário, não temos uma política agrícola definida,

Vemos a desvalorização dos produtos. Os governos federal e estadual não se preocupam em investir na agricultura familiar. Os órgãos de pesquisa muitas vezes voltam-se só para os grandes projetos, seja a empresa, a UFAM e o INPA. Não somos suficientemente organizados. Temos 42 sindicatos, mas temos 62 municípios. Desses sindicatos apenas 33 estão filiados a FETRAGRI e também estamos muito aquém de organização de trabalhadores em associações e cooperativas (Depoimento de um trabalhador rural., 1999).

Esse argumento se fortalece com a pesquisa de Maria Olívia Ribeiro et alii, realizado pelo Projeto Pyrá da Universidade Federal do Amazonas, nas comunidades ribeirinhas da região de Manacapuru. Esta pesquisadora mostra que nas várzeas existe um alto índice de analfabetismo devido à escassez de escolas nas áreas rurais anterior a década de 80. Até essa época o número de escolas e pessoas aptas para ensinar era reduzido e as condições de acesso eram difíceis devido às condições ambientais e as distâncias entre as sedes das escolas e as comunidades circunvizinhas criavam uma situação de exclusão na maioria das pessoas ao direito à educação (Relatório de Pesquisa, 2003).

Atualmente, o número de escolas rurais aumentou, mas segundo a pesquisadora citada, algumas delas funcionam com a infraestrutura precária, não possuem carteiras suficientes ou se encontram danificadas. As instalações são inadequadas e, às vezes, inexistem locais apropriados para a preparação da merenda escolar.

A pesquisa de Cyntia Martins (2003), mostra a política recente de nucleamento das escolas nas áreas rurais. Segundo a exigência do FUNDEF, as escolas deverão estar localizadas em comunidades onde há maior concentração demográfica. Com isso as crianças e adolescentes que vivem em comunidades demograficamente menores são obrigadas a se deslocarem para as comunidades maiores.

O MEC exige que as Secretarias Municipais de Educação apresentarem um quadro de matrículas igual ou superior a meta exigida na zona rural. Portanto, torna-se necessário a prática política de nucleação escolar, *“fechando as escolas com quadro de matrículas insuficientes e nucleando estes alunos em uma escola localizada em outra comunidade rural que fique mais próxima”*. Nas zonas rurais do Amazonas, as espacialidades locais se caracterizam por longas distâncias. Com isso, as crianças chegam a viajar durante duas

horas diárias pelos rios para chegarem a escola mais próxima, em canoas ou rapetas (Martins, 2003).

Em algumas regiões funciona o Pró-Rural nas sedes dos municípios, que nos períodos de férias escolares, oferece ensino fundamental. A educação como outras atividades realizadas nas várzeas, é afetada pela variação sazonal nos níveis das águas. Por isso, as escolas nas comunidades rurais adotam o calendário especial, programando as atividades na época em que ocorre o fenômeno da vazante quando as águas dos *rios baixam*. O recesso escolar acontece na época da cheia (nos meses de maio e agosto). Acredita-se com este calendário especial facilite o acesso à escola e diminua a evasão escolar.

Algumas famílias das comunidades de várzeas recebem Programa Bolsa Escola do governo federal, beneficiando diversas crianças nas comunidades ribeirinhas. Em geral, são as Prefeituras Municipais (em dias com poder público federal) que repassam a valor de R\$ 15,00 por crianças. Nos municípios onde as Prefeituras estão inadimplentes e não existem serviços bancários, a Caixa Econômica criou a figura do *correspondente bancário* para o pagamento do valor das bolsas. Também se utilizam os serviços das loterias que fazem o pagamento às famílias ribeirinhas. Em geral, à distância e a variação sazonal das águas se colocam com obstáculos para que as famílias se desloquem às sedes dos municípios para receberem essa renda que está longe de se caracterizar como uma renda *mínima* porque não atende às necessidades básicas das famílias. Muitas vezes deixam acumular o valor da renda *minimíssima*, por alguns meses, para em seguida ir buscá-las quando são avisadas pelos serviços de rádio.

Em 1995, os técnicos do Instituto de Previdência Social - INSS do Amazonas propuseram a criação de uma unidade flutuante denominada de PreviBarco, de acordo com o programa de Unidades Avançadas de Atendimento Móvel da Previdência Social.-UAAM. Esta iniciativa ocorreu em face das enormes dificuldades de atendimento previdenciário às populações rurais, sobretudo aquelas que vivem em regiões sem infra-estrutura básica, ou até localidades que não têm acesso por estrada e e nem postos de serviços da previdência.

O Estado do Amazonas é composto de 62 municípios e destes, apenas 09 possuem unidades fixas de atendimento do INSS. Além disso, poucos municípios contam com serviços médico/sanitários eficientes em face do descaso governamental com

as populações rurais. A rede hospitalar, quando existe nos municípios é precária. Contar com a presença de médicos no interior amazônico é algo raro. Em vista disso, vários segmentos das populações rurais: os seringueiros, os ribeirinhos e os índios eram obrigados a percorrer longas distâncias para serem atendidos nas sedes municipais. Em geral, viajam em pequenos barcos, canoas e rapetas e com isso demandando horas e às vezes dias.

Na região norte do Brasil foram implementadas duas modalidades previdenciárias, o Previmóvel e o PreviBarco agências flutuantes adaptadas às particularidades da região. Ao todo são cinco PreviBarco (sendo 2 no Estado do Pará, 2 no Estado do Amazonas e 1 em Rondônia). Estes barcos flutuantes se deslocam nos municípios onde há baixa densidade demográfica, levando serviços previdenciários periodicamente aos mais longínquos rincões da Amazônia. Esses serviços previdenciários são realizados em parceria com as prefeituras municipais voltados aos *povos das águas*. “*A todas as populações ribeiras e nas cidades ribeirinhas de forma a possibilitar o reconhecimento de seus direitos de cidadãos*” (Relatório da Previdência Social, 2002).

Faz parte da retórica oficial afirmar que a cidadania se viabiliza por meio das políticas sociais. Ora, tanto a Bolsa Escola e os serviços previdenciários oferecidos pelo PreviBarco são extremamente focalistas e seletivas. Somente aqueles ribeirinhos que são segurados do INSS recebem assistência previdenciária, em geral, os aposentados e deficientes físicos assegurados pela Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS. Essa política compensatória é excludente, uma vez que para aceder aos serviços sociais, é necessário contribuir para previdência. Fica a questão: como os ribeirinhos e outros segmentos da população rural podem contribuir se não têm renda fixa e/ou vivem dos recursos da natureza para sobreviver, como vimos nas páginas anteriores desse escrito? Já se sabe que para reduzir as desigualdades sociais e, portanto, a possibilidade de cidadania, não bastam somente as políticas sociais compensatórias, se estas não forem acompanhadas de políticas públicas distributivistas. O homem rural do Amazonas não conta com uma política agrária e nem agrícola no mundo do trabalho. Faltam-lhes tudo. É na *lida* diária, sob o sol e a chuva, na enchente e na vazante, enfrentando a agruras do mundo rural que busca as condições de sobrevivência. Como contribuir com os R\$ 30,00 exigidos pelo Programa de Estabilidade Social –PES, para tornar-se segurado da previdência? São

respostas que os governantes brasileiros devem responder e que extrapolam as boas intenções dos técnicos previdenciários.

Não se pode desconhecer que a exigência da documentação obriga a entrada do ribeirinho no mundo dos documentos que lhes dá rosto e fisionomia. O próprio relatório da Previdência Social observa que a *“a cidadania não pode ser resumida a documentos, mas também sabem (referindo aos ribeirinhos) que por experiência, que sem documento não tem cidadania”*. Há de se admitir que as exigências previdenciárias *“favorecem a renovação e o fortalecimento das relações políticas”* (Relatório da Previdência, 2002). Mas, nenhuma política social é inocente, o Previbarco tem também como objetivo inscrever novos segurados já que *“a partir do ano de 2006, não terá cobertura previdenciária sem a contrapartida das contribuições devidas”*. Ademais, os recursos das aposentadorias e pensões acabam movimentando a economia dos municípios interioranos abandonados, como se costuma dizer *“à própria sorte”*. A intenção previdenciária expressa o dilema capitalista de como conjugar o mercado e a cidadania.

III. O PROJETO CIDADANIA DO PESCADOR ARTESANAL: O DEFESO E A DEFESA DO AMBIENTE

Em 2001, a Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social-SETRABS, criou o Projeto Cidadania do Pescador Artesanal, assegurado pela Portaria nº 8287 /1991 do Ministério do Trabalho com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT², que propõe o benefício do Seguro Desemprego para os pescadores artesanais, que exercem a atividade da pesca de forma individual ou em regime familiar e sem intermediação de terceiros. Este benefício foi criado visando a um só tempo auxiliar os pescadores artesanais, das dificuldades que enfrentam durante a época de *defeso* pois ficam impossibilitados de pescarem de acordo com a legislação imposta pelo IBAMA e, ainda, *“preservarem a natureza na medida em que protegem áreas de grande afluência de desova*

² O Seguro-Desemprego para o pescador artesanal é desenvolvido pela atual Secretaria de Estado de Trabalho e Cidadania do governo do Amazonas em parceria com a Federação dos Pescadores do Estado do Amazonas e de Roraima, Delegacia Federal da Agricultura, Ministério do Trabalho e Emprego, Caixa Econômica Federal e Instituto Nacional do Seguro Social.

e permite a reprodução dos peixes, portanto, impedem impactos negativos na pesca para o consumo próprio e para a comercialização”

O Seguro Desemprego do Pescador Artesanal é um benefício focalizado exclusivamente para o pescador ribeirinho que, para acedê-lo, deve submeter às regras da tecnoburocracia governamental em Brasília. Os critérios e as exigências para acede-lo são complexos e difíceis de serem cumpridos entre os quais: possuir registro como pescador artesanal no IBAMA, no mínimo 3 (três) anos e possuir declaração/ atestado de vinculação a Colônia de Pescadores registrados ao IBAMA. Este atestado deve comprovar por parte do pescador ribeirinho o exercício da pesca de forma artesanal, sem a contratação de terceiros. Além disso, estar envolvido com a atividade da pesca “*em caráter ininterrupto entre a paralisação anterior e atual*”, segundo a Portaria do Ministério do Trabalho. Deve também declarar que a não “*possui renda superior a R\$ 171,38, estar registrado na Previdência Social e, se caso, positivo, não estar recebendo nenhum benefício da Previdência Social, excetuando-se o auxílio-acidente e pensão por morte*”. Ora, trata-se, novamente, de uma política social estratificada, para não dizer excludente, pois, ao que se sabe, os ribeirinhos não possuem renda fixa, vivem da produção familiar e, como vimos, quando colocam os produtos excedentes extraídos da roça no mercado, conseguem (quando conseguem) os ganhos são baixos. Ademais, são poucos os que estão vinculados a Previdência Social. Como vimos anteriormente, grande parte dos ribeirinhos mais velhos são analfabetos e muitos não têm sequer documentação, ou seja, existência civil. O Estado do Amazonas existem aproximadamente 55 mil pescadores artesanais, dos quais menos de 5% foram beneficiados com o seguro desemprego até o anos 2001 (Relatório Programa Ação Cidadania, 2003).

Além de todas as condições exigidas pela tecnoburocracia do MT, a Seguro Desemprego está restrito ao período do *defeso* que ocorre, em geral, no período em que o rio desce, ou seja, das vazantes dos rios da Amazônia. Reconhece-se que é uma forma de preservação e reprodução dos peixes, portanto, do meio ambiente, criando e recriando a biodiversidade. Mas na época de *defeso* se o ribeirinho pescador contemplado com o seguro desemprego for apanhado em flagrante pelos técnicos/fiscais do IBAMA, tal benefício é cancelado. Com isso o pescador ficará impedido de recebê-lo no ano corrente. Além disso, o período de carência, ou seja, estar registrado como pescador artesanal é longo (3 anos).

Como se pode observar trata-se de uma política social que dá margem à estratificação. Aqueles pescadores mais organizados com documentação regular e que estão vinculados aos sindicatos e colônias de pescadores acabam sendo privilegiados. Segundo técnicos do SINE, o Seguro Desemprego acaba beneficiando o dono do barco, em geral, o atravessador, já que este tem acesso às informações e a documentação necessária.

No mês de junho do corrente ano foi lançado o programa Pronto Atendimento Itinerante –Pai, do Projeto Cidadão conduzido pela primeira dama do Estado do Amazonas. Este programa é resultado de uma parceria entre o Ministério da Previdência e governo estadual com o objetivo de levar serviços sociais de forma gratuita às populações ribeirinhas. Nessa parceria o governo federal oferece os serviços previdenciários para aqueles segurados da zona rural do Amazonas e por meio do benefício da prestação continuada assegurados pela LOAS, concede aposentadoria àqueles ribeirinhos em condições de idade para obtê-la. Os serviços são feitos por funcionários da Previdência que serão disponibilizados por essas Unidades Itinerantes pelos rios da Amazônia ficando sob a responsabilidade do governo do Estado a expedição de documentos, tais como carteiras de identidade, CPF, título de eleitor, entre outros. Ao que tudo indica as Unidades Itinerantes do Projeto Cidadão vêm complementar a atuação do PreviBarco nas calhas dos rios.

Todas essas políticas sociais compensatórias brevemente registradas somam-se a outras iniciativas desencadeadas por professores da Universidade Federal do Amazonas-UFAM e Promotoria Pública de Humaitá. Em maio, de 2002, professores da Faculdade de Direito e profissionais de outras instituições criaram o projeto “*Registro Civil e Cidadania: A Justiça ao Alcance de Todos*” que subiu a calha do rio Madeira atendendo cerca de 15 comunidades ribeirinhas na região de Humaitá. Na caravana do *resgate da cidadania* são realizados casamentos, registros de nascimentos, alistamento ao serviço militar, expedição de carteiras de identidades, títulos de eleitor entre outros serviços.

Professores da Universidade Federal do Amazonas - UFAM numa parceria envolvendo várias instituições públicas federais e estaduais e com apoio do banco alemão KFW, vêm desenvolvendo experiências com a criação de sistemas de geração de energia por meio do Projeto *Ribeirinhas* que utilizará a fonte fotovoltaica (energia solar para produzir eletricidade) para as comunidades ribeirinhas que vivem sob a luz do lampião e

difícilmente teriam acesso a energia elétrica convencional, considerando as distâncias e as adversidades imposta pela natureza amazônica.

Pode-se perceber que, atualmente, algumas iniciativas governamentais vêm sendo executadas em face das demandas sociais colocadas pelas comunidades ribeirinhas, inclusive, o recente apoio PPG7 à pesquisa por meio do Provárzea. Mas as políticas sociais aqui descritas são insuficientes para *resgatar a cidadania* como pretendem os projetos sociais governamentais no norte do Brasil. Desde a colonização e com as formas desiguais de desenvolvimento na Amazônia, na atualidade, os destinos das populações tradicionais e seus recursos naturais ficaram secundarizados nos planos governamentais. Contraditoriamente, os chamados *povos das florestas* e, também os *povos das águas* ganham pouco a pouco visibilidade e solidariedade internacional, inclusive na recuperação da territorialidade tradicional e do seu mundo vivido.

PARA FINALIZAR (Esta comunicação sem concluir)

Desde dos anos 40 do século passado, estudiosos e escritores dos cenários e vida cotidiana amazônica vêm se debruçando a contar história sobre a vida ribeirinha. Talvez, as condições de vida dos ribeirinhos possam ser resumidamente comparadas às observações feitas por Euclides da Cunha quando disse: *o sertanejo é antes de tudo um forte*. O tempo passou e pouco mudou na vida cotidiana ribeirinha. Esquecidos no ideário e nos projetos de desenvolvimento e ocupação do território na Amazônia e vistos genericamente como população rural nos planos governamentais, seu modo de vida, suas particularidades são desconsideradas nos projetos oficiais.

Nos últimos 35 anos a modernização conservadora assumiu, aqui, nuances particulares e somou-se com a histórica negligência estatal e parlamentar para com os caboclos da Amazônia. Na atualidade, a noção de desenvolvimento sustentável passou a fazer parte dos discursos oficiais. Mas pode-se dizer que, mesmo no âmbito do movimento ambientalista, as pretensões de sustentabilidade acabam centradas no uso ecologicamente correto da floresta tropical, minimizando-se ou até mesmo esquecendo-se a sustentabilidade social e cultural.

No *Brasil em Ação* e o seu desdobramento o *Avança Brasil* do governo FHC, os ideários de *justiça* e de *preservação* ambiental estão registrados. Mas, de fato, ignoraram a diversidade das populações tradicionais, de sua cultura, seus mitos e da diversidade dos ecossistemas regionais. O descaso com essa gente, parece constituir-se numa regra neste lugar da federação brasileira e que só pode ser compreendida dentro de um movimento mais geral do processo de acumulação.

Nem mesmo na carta de intenções do programa de governo estadual amazonense "Ações para o Amazonas crescer com trabalho e renda para todos" e nele, o *Programa Zona Franca Verde*, as populações ribeirinhas não são vistas nos seus modos de vida nas várzeas. Na carta de intenções há registro sobre "os ecossistemas florestais diversificados e heterogêneos entre si". Fala-se de forma genérica da fixação do habitante da zona rural, "dando dignidade e cidadania". Esqueceram de registrar que cidadania não se alcança com políticas sociais compensadoras de carências mas com o direito ao trabalho.

As disparidades regionais são notórias, confirmadas pelo abandono e pela segregação a qual muitas dessas comunidades se encontram submetidas, sobretudo em microregiões do Amazonas onde o índice do IDH é baixíssimo. As políticas sociais criadas para responder às demandas dos ribeirinhos são, a nosso ver, excludentes e discriminatórias e as exigências burocráticas são inúmeras e completamente dissociadas de suas vidas, paisagens e espacialidades. Mas não se pode desconhecer que elas dão visibilidade e reconhecimento cívico de existência aos ribeirinhos ao inserí-los nos marcos da institucionalidade estatal.

Escondido na genérica expressão de trabalhador rural, a vida ribeirinha não é *destituída de sentido*. Ao contrário, na sua incansável *lida*, seus conhecimentos tradicionais têm contribuído com a etno-botânica, com a preservação dos rios, lagos e da mata garantindo que a Amazônia sobreviva. E como diz a toada bovina "na canoa da esperança, pesca a vida nessas águas, a certeza do amanhã, na firmeza das remadas", os ribeirinhos constroem suas identidades.

BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, Aziz. Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia Brasileira. *Revista Estudo Avançado* n° 16(45), USP/Instituto Estudos Avançados, São Paulo: 2002.

- ALVAREZ, Gabriel e REYNARD, Nicolas. *Amazônia Cidadã*. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social, 2002.
- CASTRO, Edna . Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. IN: DIEGUES, Antonio C.(org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *Desmatamento e modos de vida na Amazônia*. USP/NUPAUB,1999.
- FRAXE, Terezinha J.P.*Homens anfíbios: uma etnografia do campesinato das águas*. São Paulo: annablume.2000.
- LEONEL, Mauro. *A morte social dos rios*. São Paulo: Editora Perspectiva1998.
- MAIA, Álvaro B. *O beiradão*. Manaus: Valer Editora, 2^a ed. 2002.
- MARTINS, Cintya da Cruz. *Espacialidade e saber: a nucleação das escolas rurais de Nova Olinda do Norte no Amazonas*.Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. ICHL/ UFAM. Manaus, 2003.
- NODA, Sandra do N. et alii. Utilização e Apropriação das Terras por Agricultura Familiar amazonense de Varzeas. IN: DIEGUES, Antonio Carlos e MOREIRA, André deC. *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum*. NUPAUB/usp. São Paulo, 2001.181 a 203.
- KOHLHEP, Gerd. Conflitos de Interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. *Revista Estudos Avançados* n° 16(45). Instituto de Estudos Avançados, São Paulo: USP, 2002.
- PONTES FILHO, Raimundo. *Terceiro Ciclo: Promessa ou Projeto para o Amazonas*. Manaus: EDUA, 1997.
- RIBEIRO, Maria O. de A. et alii. Educação Rural: uma perspectiva para o desenvolvimento das populações amazônicas. IN: FABRE, Nídia e RIBEIRO, Maria O. *Sistemas abertos sustentáveis: uma alternativa de gestão ambiental na Amazônia*. Manaus/UFAM: EDUA, 2003, no prelo.
- SCHERER, Elenise. O desafio da inclusão na Amazônia Ocidental. *Trilhas*. Revista do Centro de Ciências Humanas e Educação, n° 2, vol. 3, UNAMA, Belém, 2002.
- WAGLEY, Charles. *Uma comunidade na Amazônia*. Belo Horizonte.. Itatiaia/Edusp, 1988
- DOCUMENTOS E JORNAIS
- GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS: Ações para o Amazonas Crescer com Trabalho e Renda Para todos. Programa de governo Eduardo Braga, 2002.

GOVERNO DO BRASIL. Plano Pluri Anual : Brasil em Ação e Avança Brasil.

MPAS- Instituto Nacional de Seguro Social –Gerência Executiva em Manaus/Am. Projeto Atendimento Previbarco, Manaus, 2000.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS: Secretaria de Estado do Trabalho e Cidadania. Programa Ação da Cidadania.: Seguro Desemprego do Pescador Artesanal. doc s/d, fotocopiado.

RELATÓRIOS DOS ENCONTROS DE RIBEIRINHAS E RIBEIRINHAS DO ESTADO DO AMAZONAS, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Manaus, fotocopiado.